

SUMÁRIO

1. UM OLHAR PARA TRÁS	19
1.1. O CASAMENTO COMO SACRAMENTO	20
1.2. O CASAMENTO COMO INSTITUIÇÃO	21
1.3. VÍNCULOS PARENTAIS	23
1.4. NOVOS PARADIGMAS	24
1.5. AVANÇOS VAGAROSOS	25
1.6. RELAÇÕES DE GÊNERO	27
2. VALOR JURÍDICO DO AFETO	31
2.1. O RETRATO DA FAMÍLIA	31
2.2. O FIM DO SONHO	33
2.3. O ELEMENTO IDENTIFICADOR DOS VÍNCULOS FAMILIARES	35
2.4. FILHOS DO AFETO	39
3. FILIAÇÃO BIOLÓGICA	45
3.1. ORIGEM	45
3.2. PRESUNÇÕES LEGAIS	47
4. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	51
4.1. VÁRIAS VERDADES	51
4.2. POSSE DE ESTADO DE FILHO	55
4.3. FILHO DE “CRIAÇÃO”	60
4.4. PARENTESCO POR AFINIDADE	60
4.5. MULTIPARENTALIDADE	61
4.5.1. Procedimento administrativo	63
4.6. INCLUSÃO DO SOBRENOME DO PADRASTO	64
4.7. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	65

5. FILIAÇÃO HOMOPARENTAL	69
5.1. ASPECTOS REGISTRAIS	70
5.2. LICENÇA-NATALIDADE	72
6. GUARDA E CONVIVÊNCIA	73
6.1. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	73
6.2. GUARDA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	74
6.3. GUARDA NO CÓDIGO CIVIL	75
6.4. GUARDA ALTERNADA E RESIDÊNCIAS COMPARTILHADAS	78
6.5. CONVIVÊNCIA COMPARTILHADA	80
6.6. CUSTÓDIA UNILATERAL	85
6.7. COMPARTILHAMENTO DOS ENCARGOS PARENTAIS E PLANO DE COPARENTALIDADE	86
7. ADOÇÃO	89
7.1. UMA TRISTE REALIDADE	89
7.2. ASPECTOS LEGAIS	93
7.3. NATUREZA JURÍDICA	97
7.4. ADOÇÃO CONJUNTA	99
7.5. ADOÇÃO INDIVIDUAL	101
7.6. ADOÇÃO UNILATERAL	102
7.7. ADOÇÃO ANAPARENTAL	106
7.8. ADOÇÃO AFETIVA OU “À BRASILEIRA”	106
7.9. ADOÇÃO DIRETA, CONSENTIDA OU <i>INTUITU PERSONAE</i>	109
7.10. ADOÇÃO HOMOPARENTAL	114
7.11. ADOÇÃO MULTIPARENTAL	115
7.12. ADOÇÃO DE NASCITURO	116
7.13. ADOÇÃO DE MAIORES DE IDADE	117
7.14. ADOÇÃO DE PESSOA IDOSA	118
7.15. ADOÇÃO PÓSTUMA	120
8. DA ENTREGA À INSTITUCIONALIZAÇÃO	123
8.1. A DOR DA ENTREGA	125
8.2. ENTREGA VOLUNTÁRIA	127

8.3. TENTATIVA DE MANUTENÇÃO NA FAMÍLIA NATURAL	130
8.4. BUSCA DA FAMÍLIA EXTENSA	132
8.5. COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA OU ADOTIVA	133
8.6. FAMÍLIAS ACOLHEDORAS	136
8.7. APADRINHAMENTO	137
8.8. INSTITUCIONALIZAÇÃO: ÚLTIMO RECURSO	139
8.9. CADASTROS	141
8.10. HABILITAÇÃO À ADOÇÃO	145
8.10.1. O filho idealizado	147
9. A BUSCA DA PARENTALIDADE	151
9.1. UM NOVO CONCEITO	151
9.2. QUEM SOU EU?	152
9.3. FILIAÇÃO BIOLÓGICA	154
9.4. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	157
10. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	159
11. AVERIGUAÇÃO INOFICIOSA DA PATERNIDADE	163
11.1. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	163
11.2. AÇÃO DE AVERIGUAÇÃO DA PATERNIDADE	164
12. AÇÕES DE FILIAÇÃO	169
12.1. CONTEXTO LEGAL	169
12.2. NATUREZA JURÍDICA	170
12.3. DISTINÇÕES	171
12.4. COMPETÊNCIA	173
12.5. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA	174
12.6. OBJETO E PROVA	176
12.7. ÔNUS PROBATÓRIOS	177
12.8. SENTENÇA E COISA JULGADA	179
12.9. PRAZOS PRESCRICIONAIS	181
13. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR	183
13.1. PRESSUPOSTOS	183

13.2. PROCEDIMENTO	184
13.3. RESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR	187
14. AÇÃO DE ADOÇÃO	189
14.1. COMPETÊNCIA	189
14.2. PROCEDIMENTO	190
14.3. A QUESTÃO DO NOME	192
14.4. ADOÇÃO UNILATERAL	192
14.5. ADOÇÃO PÓSTUMA E RECONHECIMENTO <i>POST MORTEM</i> DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	193
14.6. O FRACASSO DO SISTEMA LEGAL	195
15. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PARENTALIDADE	199
15.1. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS	199
15.2. NATUREZA JURÍDICA	200
15.3. COMPETÊNCIA	201
15.4. LEGITIMIDADE	202
15.5. ÔNUS PROBATÓRIO	204
15.6. ALIMENTOS	205
15.7. INVESTIGAÇÃO DA ANCESTRALIDADE	206
16. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE	207
16.1. UMA VERDADE PRESUMIDA	207
16.2. SÓ QUE NÃO	207
16.3. UM FILHO PARA CHAMAR DE SEU	208
16.4. NATUREZA JURÍDICA	209
16.5. LEGITIMIDADE	210
17. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ASCENDÊNCIA GENÉTICA	215
17.1. ADOÇÃO	215
17.2. REPRODUÇÃO ASSISTIDA	216
18. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	219
18.1. O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE	219
18.2. AÇÃO DECLARATÓRIA DA ASCENDÊNCIA GENÉTICA	220

18.3. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PARENTESCO COLATERAL	221
18.4. LEGITIMIDADE	221
19. FILHOS DE MUITOS AFETOS	223
19.1. PAIS SEPARADOS	223
19.2. CONVIVÊNCIA IGUALITÁRIA	224
19.3. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR	225
19.4. PRESUNÇÕES DE PATERNIDADE	228
19.5. REPRODUÇÃO ASSISTIDA	230
19.5.1. Fecundação homóloga	233
19.5.1.1. Inseminação artificial <i>post mortem</i>	233
19.5.2. Fecundação heteróloga	234
19.6. REGULAMENTAÇÃO PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA ...	235
19.7. REGULAMENTAÇÃO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	238
19.8. MULTIPARENTALIDADE	239
20. FILHOS PRIVADOS DO AFETO	247
20.1. MUITO OU POUCO AMOR?	247
20.2. ABANDONO AFETIVO	249
20.3. ALIMENTOS	254
20.3.1. Alimentos e o regime de convivência	255
20.4. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	256
20.5. DEVOLUÇÃO DO ADOTADO	256
20.6. ALIENAÇÃO PARENTAL	259
20.6.1. Uma síndrome?	261
20.6.2. Atores	262
20.6.3. Autoalienação parental, alienação bilateral ou cruzada	264
20.6.4. A Lei da Alienação Parental	265
20.6.5. Aspectos processuais	267
20.6.6. Avaliações psicológicas e sociais	269
20.7. FALSA DENÚNCIA DE ABUSO SEXUAL	270
20.8. INCESTO	272
SÚMULAS, TESES E ENUNCIADOS	277
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	277
TESES	277

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	278
SÚMULAS	278
TESES	279
JORNADAS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	279
Jornada de Direito Civil	279
JORNADA DE PROCESSO CIVIL	284
JORNADAS DE DIREITO DA SAÚDE	285
JORNADAS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLI- TOS	285
JORNADAS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLI- TOS	285
FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA PROTETIVA – FONAJUP	286
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM	288
BIBLIOGRAFIA	291